



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE ABRIL DE 1995

*Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Parlamentares; Senhores Membros do Grupo Executivo para a Modernização dos Portos; Senhor Secretário-Executivo do GEMPO, quanto à palavra nova, Contra-Almirante José Ribamar Miranda Dias; Senhor Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores;*

Dando seqüência ao nosso Programa de Ação Governamental, estamos hoje, mais uma vez, atuando num setor que nos parece fundamental. Reiteradamente falamos da necessidade de o Brasil tornar-se um país efetivamente competitivo. Essa idéia, esse conceito, que pode parecer vago para quem não penetra mais a fundo no que está por trás disso, deve motivar a todos nós, porque o mundo do futuro vai ser um mundo no qual a competição será um instrumento fundamental do progresso, do bem-estar social e das transformações.

E este curso não pode ser medido apenas do ângulo microeconômico, numa empresa, nem sequer só dentro do aparelho estatal. É algo que se difunde por todo o País. E como componente essencial desse curso

está a nossa capacidade de organizar as nossas plataformas de exportação. Os portos fazem parte desse sistema, e seus custos não são compatíveis com um país que quer, efetivamente, manter-se concorrencial.

Nós já temos a lei. Nós lutamos e discutimos anos essa lei. É normal, o processo é democrático. Não é uma lei feita para destruir sindicatos; pelo contrário: é uma lei feita para que os sindicatos possam, eles também, participar do mundo moderno, e não ficar atados a uma visão do mundo que está se esvaindo. É para que os sindicatos se unam à vanguarda, estejam na vanguarda. Por isso mesmo há aqui representantes de sindicatos, representantes de trabalhadores. Não foi uma lei feita, tampouco, para atender a interesses específicos de grupos empresariais. Foi uma lei feita para atender aos interesses do conjunto do País.

Ora, se foi aprovada pelo Congresso, e o Congresso tem legitimidade para aprovar a lei, e se ela corresponde aos interesses do País, só cabe ao Governo implementá-la. Para isso é preciso pulso firme, porque é uma ilusão pensar que se muda um país simplesmente aprovando-se leis. As leis são fundamentais, mas é preciso mudar a mentalidade, é preciso mudar as práticas de organização e de controle da ação administrativa, e isso não se faz do dia para a noite, isso requer vontade política continuada.

Nós estamos num processo já avançado de privatização. Recentemente – eu tenho repetido, e repito uma vez mais –, conversando com o Presidente da Turquia, ele me disse que tinha sido responsável pela formação das empresas estatais na Turquia há quarenta anos e que agora, há dez anos, lutava no campo da privatização.

A privatização não é um botão que se aperte e que tenha resultado: é um processo que tem que estar permanentemente sendo renovado. Esta Lei dos Portos faz parte desse mesmo espírito, assim como a Lei de Concessões, como as leis de privatizações. Tudo depende de a sociedade se organizar e de o Governo se organizar.

Nós aqui não estamos atuando em termos de uma crença ingênua de que basta a vontade de quem é o Presidente da República ou de um ministro. O Presidente tem vontade de sobra – acho que o Brasil sabe disso –, vontade de sobra para fazer as modificações necessárias. Mas o

processo é mais complexo do que apenas a vontade de um Presidente ou de um ministro. Nós temos que estruturar a nossa ação, temos que nos organizar. Os ministros estão se organizando em câmaras que discutem os problemas. Não adianta imaginar que se possa, sem essa discussão, ir adiante, porque, se não houver motivação do conjunto do setor público, tampouco as coisas funcionam. E, se o setor público não estiver organizado com o conjunto da vontade política, que é o Congresso, também não funciona. Se não se entender que o processo político leva tempo, também não funciona.

Então, nós estamos aqui nos organizando para avançar na privatização, na quebra dos monopólios, na intensificação da concorrência. O Congresso vai nos dar os instrumentos de que necessitamos. Vai nos dar, porque já estamos vendo os primeiros resultados das comissões encarregadas da avaliação da admissibilidade e, mais adiante, até do mérito das matérias que foram enviadas pelo Governo para serem emendadas. Congresso que se respeita, Congresso soberano, opina. Modificar não é o Governo recuar: é o Governo entender que existe um processo de negociação democrática, e, portanto, ao mesmo tempo que o Governo estará sempre presente e sempre dizendo qual é a sua posição, estará sempre aberto também, sem nenhum receio, às sugestões que venham do Congresso e das outras forças que se organizam na sociedade.

O Congresso nos vai dar os instrumentos necessários, e até, talvez, com uma velocidade maior do que se poderia imaginar. Espero que, na próxima semana, nós comecemos a ter, no plenário, a votação das primeiras emendas constitucionais, e espero que a fase da admissibilidade das primeiras emendas termine, quem sabe até hoje mesmo.

Então, nós estamos realmente numa fase em que o Brasil está tomando consciência e está se organizando. E é por isso que eu agradeço as palavras do nosso empresário que representa todos os demais, Jorge Gerdau. Porque o momento é agora, de nova injeção de vontade, vontade desses que ele chamou de maioria silenciosa, e que tem que falar. Em certos momentos, o País precisa ouvir o eco mais forte das vozes que estão se alinhando numa certa direção, porque senão as vozes, embora minoritárias quando gritam, parecem que são um trovão que abalam o

País. Como nós temos guarda-chuva e somos capazes de usar impermeável, não temos medo desses raios que surgem por aí. Mas é preciso que nós todos também digamos, alto e bom som, o que é necessário para o País e o que o País deseja.

Desse processo todo, inclusive do apoio que a sociedade, o Governo e o Congresso precisam dar, com ênfase, às mudanças, nós não devemos nunca perder de vista que o nosso objetivo é aumentar o bem-estar social, é valorizar o trabalho, é criar relações de trabalho novas e capazes de oferecer um espaço mais adequado às forças trabalhadoras para as aspirações delas e do mundo atual.

O Ministro do Trabalho, que aqui está, tem se esforçado nessa direção, e nós, em breve, vamos apresentar idéias bastante concretas sobre o modo pelo qual se imagina hoje avançar nessas relações de trabalho, nas formas modernas de contrato coletivo de trabalho, nas maneiras pelas quais nós possamos nos livrar de todo um instrumental jurídico que se transformou num pesadelo burocrático; em que – roubo, aqui, a expressão do Ministro Jobim –, na verdade, as questões que deveriam ser resolvidas entre os políticos no Congresso, pelo emaranhado das leis que nós próprios criamos, e das interpretações ambíguas, acabam sendo, todas elas, questões que terminam na justiça. E a justiça passa a ter que decidir aquilo que, de direito, competiria à sociedade – através do Congresso – decidir.

Não há, hoje, quase questão alguma que não termine suscitando um caso jurídico, dada a confusão que nós criamos nesse universo jurídico. Daqui a pouco nós vamos ter, na verdade, uma abdicação da vontade de transformação, pela vontade das regras já fixadas, que só os sábios saberão interpretar. E os sábios são os burocratas e os juízes.

Tenho todo o respeito pela burocracia e pelos juízes. Um país moderno requer burocracia e requer leis, já dizia Weber. Gosto muito de citar Weber. Mas é verdade. O que é característica do espírito moderno no capitalismo é haver lei e haver quem interprete as leis, ou quem faça os regulamentos, que são os burocratas. Mas Weber nunca esqueceu, também, de dizer que, para que o mundo caminhasse, para que houvesse a possibilidade de nos sobrepormos a essas limitações que terminam

sendo uma espécie de crosta que impede a sociedade de avançar, há que salientar duas funções: uma é a do empresário e a outra é a do político, que são os que quebram as regras para poder avançar.

Quebrar regras na democracia não pode ser feito através da vontade de um tirano nem da vontade, simplesmente, de alguém iluminado. Quebrar regras na democracia implica esse processo de negociação e o fato de que a vontade coletiva se organize para se expressar.

É o nosso momento. Eu preciso de que a sociedade caminhe junto. Tenho convicção de que, juntos, nós conseguiremos alcançar os objetivos que estão ao alcance da nossa mão.

E termino por lhes dizer o seguinte: é verdadeiro o que disse o Doutor Gerdaui: que nós temos condições de manter a estabilidade sem reformas, mas a um preço muito alto, a um preço da não tranquilidade, a um preço de estarmos permanentemente utilizando tudo o que é instrumento de que dispomos para evitar que a inflação volte; a um preço que implica negar tudo o que é necessário fazer na administração pública porque não tem recurso suficiente; a um preço tal que é preciso fazer com que se bloqueie na boca do caixa do Tesouro a ação possível da administração pública, não dando recursos.

Olho aqui e vejo, em volta, os ministros já me olhando com um certo ar de ansiedade. “Será que vamos continuar nesse caminho?” Não pode. O Brasil precisa de um outro caminho, um caminho de realizações, um caminho afirmativo, um caminho de vontade que é capaz de definir um objetivo e de chegar lá.

E, para isso, nós precisamos dessas reformas, para que tenhamos, aí, sim, uma estabilização econômica que não esteja baseada só na força restritiva, mas que esteja motivada pela força, também, de transformação pela vontade de realizar metas. E, para isso, nós precisamos, efetivamente, dessas reformas que vão modificar o panorama na ordem econômica, permitir mais investimentos, aliviar o peso enorme que existe sobre o Estado, hoje, de uma porção de tarefas que não lhe são mais próprias. Precisamos de reformas tributárias, e, no momento adequado, o Congresso se debruçará sobre elas, essas reformas que permitam efetivamente aliviar a carga pesada sobre alguns e quase nula sobre outros.

Precisamos enfrentar os obstáculos internos à administração pública, precisamos enfrentar a questão da Previdência. Eu disse, ainda ontem, no pronunciamento que fiz, que essa intranquilidade foi gerada politicamente para fazer de conta que havia risco para os aposentados. Não há risco nenhum, é uma mera manipulação política diante da qual tenho certeza de que o Congresso Nacional não vai ficar intimidado, porque o Congresso sabe que é necessário um passo mais adiante.

Nós vamos precisar dessa reforma, e eu digo com toda tranquilidade: o Congresso já me deu aquilo de que eu precisava para o meu mandato. Ao aprovar os recursos da Previdência relativos ao novo salário mínimo, o Congresso já deu os mecanismos necessários para que a Previdência possa continuar avançando nos próximos quatro anos. Mas, e o futuro? Ou o líder de hoje vai esquecer o que vai acontecer amanhã e vai ser irresponsável e dizer: “Bom, de minha parte, já tenho como controlar o caixa da Previdência. Então, deixa, porque daqui a 10 anos vai estourar a Previdência.” Não. Nós temos que ter uma certa antecipação. Vamos fazer isso. Vamos fazer isso conversando, como sempre é do nosso espírito. Vamos fazer isso aceitando as reivindicações que sejam justas, mostrando ao País por que se faz. Mas nós vamos fazer.

Vamos, sobretudo, dar a este país o sentido de confiança nele próprio. Isto é fundamental.

Voltei agora de uma viagem aos Estados Unidos, onde pude verificar, e imagino que a população brasileira tenha se inteirado disso, como hoje já se percebe o nosso país de maneira diferente daquela de há pouco tempo, já se percebe como um país capaz de orientar-se, de ter rumo e de não ter complexos, porque está caminhando com tranquilidade no rumo que a população apóia.

Nós temos tudo para dar certo, nós vamos dar certo, e essa lei é um passo importante para isso. E este grupo é um mecanismo pelo qual nós nos organizamos para isso.

Quero agradecer muito especialmente ao Contra-Almirante José Ribamar Miranda Dias por ter aceito a função e quero pedir a colaboração dos empresários, dos sindicatos, dos trabalhadores, de todos, para a ação que nós vamos desenvolver. Mas tenham certeza, a lei é para ser

cumprida, vai ser cumprida, porque, na democracia, Presidente que não cumpre a lei não merece exercer a função. E eu espero merecê-la.

Vamos cumprir a lei, e cumprir para o que seja, de bom ou de ruim, porque a lei é a lei; e, no caso, é cumprir para o bem. Nós precisamos levar isso adiante. Tenho certeza de que os ministros que aqui se encontram estão empenhados nessa matéria, sobretudo os que estão diretamente envolvidos, e darão a força necessária para que esse grupo leve adiante essas transformações.

Termino agradecendo, mais uma vez, a solidariedade expressa e dizendo que eu também confio, e confio muito, que essa solidariedade há de ser persistente, porque o difícil não é apoiar, é continuar apoiando, é no dia-a-dia, na rotina, estar sempre confiante de que os passos estão sendo dados e vão continuar sendo dados.

Estou mais do que disposto a dar esses passos. Só não quero ficar correndo sozinho na frente, prefiro estar ao lado do povo do meu País.

Muito obrigado.